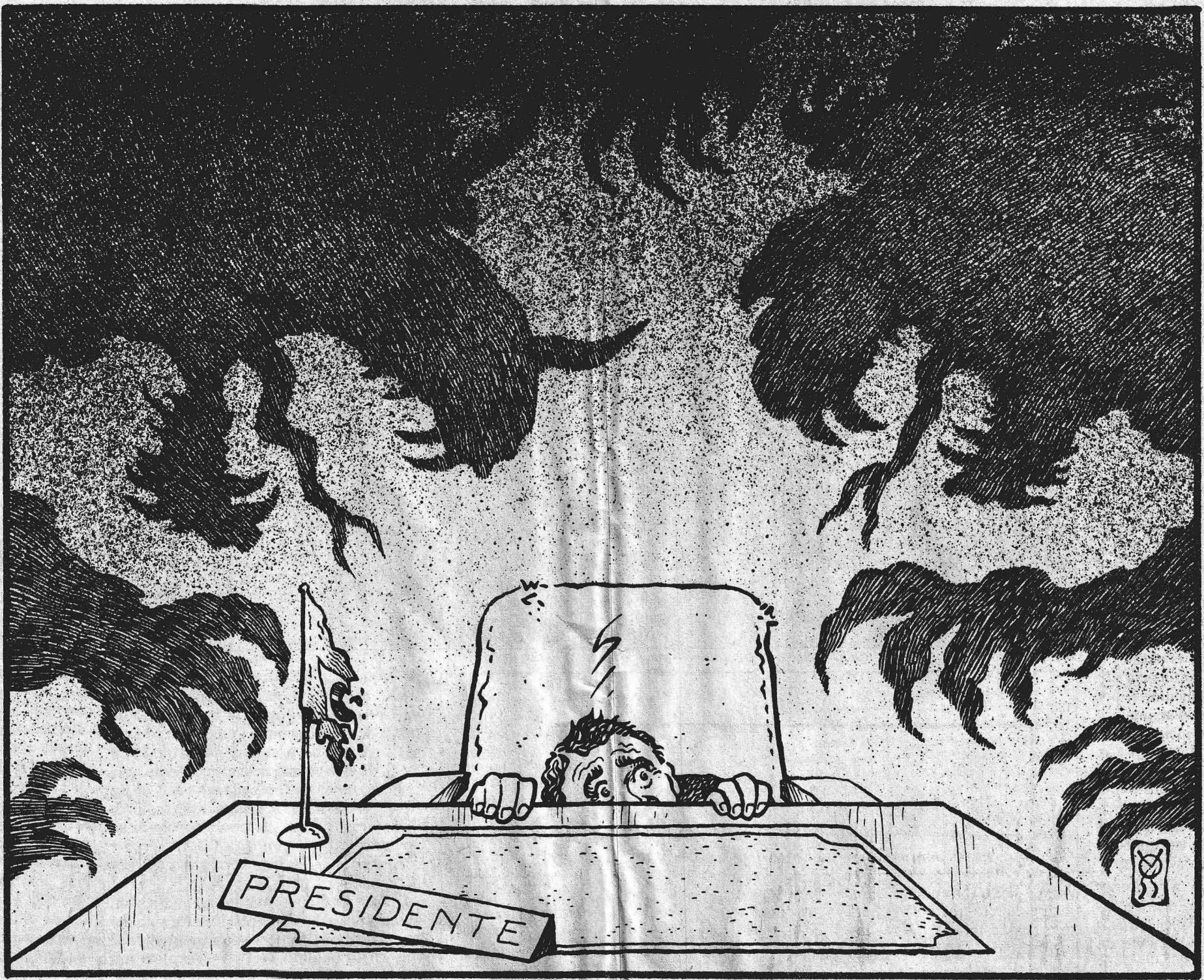


O BRASIL DO NOVO PRESIDENTE



Um país cheio de problemas. E de esperança.

Estagnado, pobre, mas querendo crescer. É assim o Brasil do novo presidente. Seus problemas e como Collor e Lula pensam resolvê-los, nesta página e nas cinco seguintes.

Jorge J. Okubaro

Estacionado na história, este imenso país de 145 milhões de pessoas, que produz o equivalente a US\$ 360 milhões por ano (sem contabilizar o setor informal) e se coloca entre as maiores economias do mundo ocidental, quer recuperar o direito — que a estagnação desta década lhe tomou — de sonhar. No próximo dia 17, 80 e tantos milhões de eleitores vão novamente às urnas, agora com a certeza de que elas resgatarão a esperança de uma vida um pouco melhor do que a que têm hoje. Fernando Collor de Mello ou Luís Inácio Lula da Silva, qualquer que seja o eleito, poderá simbolizar essa esperança, cujo reverso é a exigência de que o futuro presidente tenha clarividência, coragem, determinação, disposição para o trabalho — muito trabalho. Há muito o que fazer para recolocar em marcha este Brasil que parou no tempo.

País relativamente novo, o Brasil se acostumara a andar depressa, mais rápido do que o resto do mundo. Estudo realizado pelo economista Angus Madison comparando o desempenho de dez economias em diferentes estágios de desenvolvimento (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Grã-Bretanha, França, União Soviética, China, Índia, Brasil e México) entre 1870 e 1987 mostra que o Brasil foi o país que mais cresceu, com a impressionante média de 4,7% ao ano. Isso quer dizer que a cada 15 anos o Brasil conseguia duplicar seu Produto Interno Bruto (PIB).

A média dos últimos 50 anos é ainda maior do que essa calculada por Madison. Fica entre 6% e 7% ao ano. Na passagem dos anos 60 para os 70, o índice de crescimento anual da economia brasileira superou os dois dígitos e impressionou o mundo. No começo, os anos 80 pareciam querer repetir o sucesso da década anterior: em 1980, o PIB cresceu 9,1%. Mas, em 1981, a economia brasileira foi apanhada pela pior recessão de sua história.

Até que a produção conseguiu se recuperar e chega ao final dos anos 80 com um crescimento de cerca de 20% em relação ao seu início. Nesse ritmo, no entanto, levaríamos quatro décadas para dobrar o PIB, proeza que se realizou em nove anos na década de 70. Se compararmos o aumento do produto com o crescimento da população nos anos 80, verificaremos que

a cada brasileiro cabe hoje a mesma fatia da produção que lhe cabia há dez anos. Não se ganhou nada. Foi uma década perdida, repetem economistas, empresários e políticos.

Contrastes

Nos últimos dez anos, se não ficou mais pobre, o brasileiro também não conseguiu se livrar da incômoda comparação — desfarçável para nós, ressalte-se — com os habitantes de países como o Gabão ou Trinidad-Tobago em termos de renda **per capita**. Como toda média, no entanto, a renda **per capita** esconde imensas desigualdades que existem no país, onde provavelmente podem ser encontradas regiões com condições de vida semelhantes às de, digamos, Burkina Faso, que tem uma das menores rendas **per capita** do mundo, e outras que conseguem reproduzir o conforto de uma vida com o padrão suíço.

Basta ver, por exemplo, como são disparatados os índices de analfabetismo no Sudeste e no Nordeste. Enquanto na região mais desenvolvida do país apenas 11% da população com mais de dez anos de idade não sabem ler ou escrever, índice inferior à média nacional de aproximadamente 14% (19,8 milhões de analfabetos), no Nordeste a taxa vai 36,9%. Outra disparidade: enquanto no Nordeste um trabalhador ganha em média NCz\$ 587 (valores de setembro) por ano, no Sudeste a média é de NCz\$ 1.371, mais do dobro.

O Brasil que o futuro presidente vai encontrar é um país predominantemente pobre. No ano passado, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) realizada pelo IBGE, mais de 60% da População Economicamente Ativa (PEA) de 61 milhões de pessoas ganhavam até dois salários mínimos; 36,9% ganhavam até um salário mínimo ou não tinham renda alguma.

A PNAD mostra também que os ganhos de renda obtidos durante o Plano Cruzado foram corroídos em pouco tempo. Na época do anúncio do plano (1986), o número de brasileiros com renda de até um salário mínimo vinha diminuindo em relação ao restante da PEA. Essa tendência manteve-se até 1987, mas no ano passado foi revertida: a parcela mais pobre

voltou a crescer. Curiosamente, os segmentos com renda mais relevada (acima de dez salários mínimos) apresentam persistente crescimento nos últimos anos. Associado ao aumento dos segmentos mais pobres, esse crescimento implica o estreitamento da parcela com rendimento médio. Só há crescimento nos extremos da pobreza e da riqueza.

Outro indicador da deterioração das condições sociais do país é a queda da participação da renda do trabalho no PIB. De 40,7% em 1970, essa participação caiu para 38,6% em 1980 e foi estimada em 33% no ano passado. Trata-se de um índice muito inferior ao observado em países como os Estados Unidos (60%), Japão (70%) e Colômbia (42%). Ai pode estar uma poderosa fonte de intranquilidade social.

Ironia

Não deixa de ser irônico o fato de o governo que elegeu como slogan “Tudo pelo social” ter se transformado num mecanismo, ainda que não determinante, do agravamento dessa disparidade. Altamente deficitário, o governo vai buscar no mercado financeiro os recursos que não consegue obter pelos meios usuais. Ao necessitar de mais e mais empréstimos, paga juros cada vez mais elevados aos seus credores, transferindo-lhe renda. Recolhida de toda a sociedade, uma parcela dessa renda acaba canalizada para aqueles que dispõem de recursos suficientes para financiar o setor público.

É essa disponibilidade financeira dos credores de governo, no entanto, um dos poucos dados positivos com que o futuro presidente poderá contar. As empresas estão capitalizadas e, diante das incertezas provocadas pela ameaça de cairmos na hiperinflação e pela campanha eleitoral, preferem o refúgio seguro — pelo menos, até agora — das aplicações nos papéis públicos ao risco de um investimento de maturação relativamente longa. Do dinheiro que gira no mercado financeiro, da ordem de uma centena de bilhão de dólares, uma parcela poderá destinar-se aos investimentos de que o país necessita para voltar a crescer. Investimento, entretanto, requer confiança.

Não se pode negar que o futuro presi-

dente emergirá das urnas com o apoio de expressiva parcela dos brasileiros, um trunfo necessário para se restaurar o clima de confiança nacional. Não será, porém, suficiente. O futuro presidente precisará apontar claramente os caminhos que pretende trilhar para enfrentar os imensos problemas do Brasil.

Ele precisará desatar o nó representado por um Estado que cresceu demais, perdeu eficiência mas aumentou sua voracidade. No setor externo, encontrará uma dívida da ordem de US\$ 110 bilhões, mas encontrará, em particular, pagamentos atrasados que superam US\$ 5 bi-

lhões. Terá de administrar uma dívida interna que, se não é alta em relação ao PIB, precisa ser rolada diariamente a custos cada vez mais elevados. Precisarão agir com rapidez para domar o descontrole financeiro do setor público, mas enfrentará uma ordem institucional que, embora incompleta, forma um cipoal legislativo que impede movimentos rápidos. Terá de repartir decisões com o Poder Legislativo, mas ficará sozinho na tarefa de colocar em prática o que for decidido. Terá, sobretudo, de domar a inflação, rápida e corajosamente. Só então poderá abrir caminhos para o futuro.

